

ÍNDICE GERAL

NOTA PRÉVIA À 5ª EDIÇÃO	7
NOTA PRÉVIA À 4ª EDIÇÃO	9
NOTA PRÉVIA À 3ª EDIÇÃO	11
NOTA PRÉVIA À 2ª EDIÇÃO	13
NOTA PRÉVIA À 1ª EDIÇÃO	15
PLANO	17
ORIENTAÇÕES DE LEITURA	19

I – INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO I – O DIREITO INTERNACIONAL NA ENCICLOPÉDIA JURÍDICA E NA CIÊNCIA DO DIREITO

§ 1º O DIREITO INTERNACIONAL NA ENCICLOPÉDIA JURÍDICA	
1. O conceito de Direito Internacional	31
2. As características do Direito Internacional	43
3. As divisões do Direito Internacional	46
4. Os setores afins do Direito Internacional	55
§ 2º O DIREITO INTERNACIONAL NA CIÊNCIA DO DIREITO	
5. A Ciência do Direito Internacional em geral	65
6. A Ciência e o Ensino do Direito Internacional em Portugal	67
7. A Ciência e o Ensino do Direito Internacional em Estados de Língua Portuguesa	75
8. As Ciências afins e as Ciências auxiliares do Direito Internacional	78
9. Elementos de estudo	80
10. A justificação metodológica e programática da presente obra	88

**CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA, JURIDICIDADE E FUNDAMENTO
DO DIREITO INTERNACIONAL**

§ 3º A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO INTERNACIONAL

11. Uma proposta de periodificação do Direito Internacional	95
12. O período pré-histórico do Direito Internacional	97
13. O período clássico do Direito Internacional	101
14. O período contemporâneo do Direito Internacional	104
15. O futuro do Direito Internacional	108

§ 4º A JURIDICIDADE E O FUNDAMENTO DO DIREITO INTERNACIONAL

16. A juridicidade do Direito Internacional	113
17. O fundamento do Direito Internacional	118

II – AS FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO III – AS FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL EM GERAL

§ 5º A DETERMINAÇÃO DAS FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL

18. O contributo do artigo 38º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça	131
19. A tipologia das fontes normativas admissíveis	137

§ 6º AS PRINCIPAIS FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL

20. Os tratados internacionais	143
21. O costume internacional	147
22. Os atos unilaterais internacionais	154

§ 7º OUTRAS FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL

23. Os princípios gerais de Direito	159
24. A jurisprudência	166
25. A doutrina	170
26. A equidade	174

§ 8º A SISTEMATICIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL

27. As relações internormativas; as antinomias normativas em especial	179
28. Os critérios de resolução das antinomias normativas em geral	183
29. O <i>ius cogens</i> internacional em especial	188

§ 9º A CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL

30. O sentido da codificação jurídica em geral	193
31. As singularidades da codificação no Direito Internacional	198

CAPÍTULO IV – OS TRATADOS INTERNACIONAIS EM ESPECIAL

§ 10º OS TRATADOS INTERNACIONAIS COMO PRINCIPAL FONTE DO DIREITO INTERNACIONAL	
32. As Convenções de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969 e de 1986	207
33. A delimitação conceptual	211
34. As mais relevantes modalidades	214
§ 11º O PROCEDIMENTO GERAL DE CONCLUSÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS	
35. A procedimentalização da feitura dos tratados internacionais	219
36. A fase da negociação	224
37. A fase da adoção do texto	227
38. A fase da vinculação internacional	231
39. A fase da entrada em vigor	233
40. A fase do registo e publicação	236
§ 12º O PROCEDIMENTO DE CONCLUSÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS MULTILATERAIS	
41. O regime peculiar dos tratados internacionais multilaterais	241
42. O regime das reservas em especial	246
§ 13º A INTERPRETAÇÃO, A INTEGRAÇÃO E A APLICAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS	
43. A interpretação dos tratados internacionais	253
44. A integração das lacunas internacionais	259
45. A aplicação dos tratados internacionais em geral	262
46. A aplicação interna dos tratados internacionais em especial: as ratificações imperfeitas	267
§ 14º AS VICISSITUDES DOS TRATADOS INTERNACIONAIS	
47. A extinção dos tratados internacionais	271
48. A suspensão e a modificação dos tratados internacionais	278
§ 15º OS DESVALORES DOS TRATADOS INTERNACIONAIS ANTIJURÍDICOS	
49. Valor e desvalor dos tratados internacionais	283
50. As causas da invalidade dos tratados internacionais	287
51. Os efeitos da invalidade dos tratados internacionais	291
52. Nulidade absoluta e nulidade relativa; outras possíveis consequências	295

CAPÍTULO V – A CONCLUSÃO DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS EM PORTUGAL E NOS ESTADOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

§ 16º O DIREITO PORTUGUÊS DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS	
53. As opções constitucionais e legais	301
54. A divisão entre tratados solenes e acordos simplificados	304
§ 17º AS FASES PROCEDIMENTAIS NECESSÁRIAS EM PORTUGAL	
55. A “negociação e o ajuste” pelo Governo	309
56. A “participação nas negociações” das Regiões Autónomas	311
57. A “aprovação” pela Assembleia da República e pelo Governo	314
58. A “ratificação” e a “assinatura” pelo Presidente da República	317
59. A publicação no <i>Diário da República</i> e a entrada em vigor na ordem interna	321
§ 18º AS FASES PROCEDIMENTAIS EVENTUAIS EM PORTUGAL	
60. A fiscalização preventiva pelo Tribunal Constitucional	327
61. O referendo nacional de convenções internacionais	333
§ 19º A CONCLUSÃO DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS NO DIREITO DOS ESTADOS DE LÍNGUA PORTUGUESA	
62. Um conspecto de Direito Constitucional Internacional Comparado na conclusão de convenções internacionais	339
63. Brasil	341
64. Angola	345
65. Cabo Verde	347
66. Guiné-Bissau	351
67. Moçambique	354
68. São Tomé e Príncipe	356
69. Timor-Leste	359
70. Síntese comparatística	363

CAPÍTULO VI – A RELEVÂNCIA DO DIREITO INTERNACIONAL NO DIREITO INTERNO

§ 20º AS CONCEÇÕES DOUTRINÁRIAS NA RELAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL COM O DIREITO INTERNO	
71. As conceções doutrinárias dualistas e monistas	369
72. As correntes doutrinárias monistas em especial	372
§ 21º OS MODELOS DE INCORPORAÇÃO EM GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL NO DIREITO INTERNO	
73. Os diversos modelos de incorporação técnica	377

74. Relance de Direito Constitucional Comparado quanto à inserção e posição internas do Direito Internacional	380
§ 22º A INSERÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL NO DIREITO PORTUGUÊS	
75. A opção constitucional geral pela receção do Direito Internacional	387
76. A receção automática do Direito Internacional Comum	391
77. A receção condicionada do Direito Internacional Convencional	393
78. A receção automática do Direito Internacional da União Europeia	395
79. A receção plena do Direito Internacional	397
§ 23º A POSIÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL NO DIREITO PORTUGUÊS	
80. Os escassos dados constitucionais e as posições assumidas	401
81. Direito Constitucional e Direito Internacional	404
82. Direito Legal e Direito Internacional	409
83. Inconstitucionalidade, ilegalidade e fiscalização do Direito Internacional	414
84. O valor positivo de tratados inconstitucionais	418
§ 24º A INSERÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL NO DIREITO DOS ESTADOS DE LÍNGUA PORTUGUESA: A OPÇÃO PELA RECEÇÃO EXPRESSA E GLOBAL	
85. A inserção do Direito Internacional no Direito dos Estados de Língua Portuguesa	423
86. A consagração de cláusulas internacionais na maioria dos textos constitucionais	424
87. A unanimidade da preferência pelo modelo da receção	425
88. A diversidade das fontes internacionais acolhidas pelos textos constitucionais	427
89. A especial relevância constitucional do Direito Internacional dos Direitos do Homem	429
§ 25º A POSIÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL NO DIREITO DOS ESTADOS DE LÍNGUA PORTUGUESA: DA SUPRALEGALIDADE GERAL AO VALOR CONSTITUCIONAL PONTUAL	
90. A posição do Direito Internacional no Direito dos Estados de Língua Portuguesa	433
91. Direito Internacional e Direito Constitucional	434
92. Direito Internacional e Direito Infra-Constitucional	437

III – OS SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO VII – OS SUJEITOS INTERNACIONAIS EM GERAL

§ 26º A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE INTERNACIONAL

93. O sentido existencial da subjetividade de Direito Internacional	443
94. Os conteúdos da subjetividade internacional	446
95. O reconhecimento da subjetividade internacional	451

§ 27º A DIVERSIDADE DOS SUJEITOS INTERNACIONAIS

96. As principais modalidades de sujeitos internacionais	455
97. O quadro tipológico proposto	456
98. A comunidade internacional como sujeito internacional <i>a se?</i>	459

CAPÍTULO VIII – OS SUJEITOS INTERNACIONAIS EM ESPECIAL

§ 28º OS ESTADOS

99. A soberania internacional dos Estados	463
100. As vicissitudes do Estado	469
101. As relações externas de Portugal: aspetos materiais	473
102. As relações externas de Portugal: aspetos organizatórios	477

§ 29º AS ENTIDADES PARA-ESTADUAIS

103. Os beligerantes e os insurretos	483
104. As minorias nacionais e os governos no exílio	485
105. As regiões infraestaduais	487

§ 30º AS ESTRUTURAS INTERESTADUAIS

106. As associações de Estados	493
107. As organizações internacionais	496
108. A Carta de São Francisco	502
109. Os fins e os membros da Organização das Nações Unidas	507
110. A estrutura da Organização das Nações Unidas	511
111. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	517

§ 31º AS COLETIVIDADES NÃO ESTADUAIS

112. A Santa Sé e a Cidade do Vaticano	521
113. A Ordem Soberana e Militar de Malta	532
114. A Cruz Vermelha Internacional	534
115. As organizações não governamentais e as sociedades transnacionais	538

§ 32º A PESSOA HUMANA

116. A proteção diversificada da pessoa humana	543
117. O sistema da Organização das Nações Unidas	547

118. O sistema do Conselho da Europa	557
119. O sistema da União Europeia	562
120. O sistema da Organização dos Estados Americanos	567
121. O sistema da União Africana	568

IV – O DOMÍNIO DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO IX – O DOMÍNIO INTERNACIONAL EM GERAL

§ 33º AS MANIFESTAÇÕES DO DOMÍNIO INTERNACIONAL

122. O âmbito espacial de aplicação do Direito Internacional	575
123. Os domínios terrestre, aquático e aéreo	576
124. Os domínios direto e indireto	580

§ 34º A DELIMITAÇÃO DO DOMÍNIO INTERNACIONAL

125. O problema da divisão dos espaços geográficos	585
126. A demarcação das linhas de fronteira	587

CAPÍTULO X – O DOMÍNIO INTERNACIONAL INDIRETO

§ 35º OS ESPAÇOS ESTADUAIS EM GERAL

127. O domínio terrestre	593
128. O domínio fluvial e lacustre	595
129. O domínio aéreo nacional	598
130. Algumas situações de aplicação extraterritorial do Direito Estadual	602
131. O domínio espacial de Portugal	604

§ 36º OS ESPAÇOS MARÍTIMOS EM ESPECIAL

132. As águas interiores	609
133. O mar territorial	611
134. Os estreitos e os canais internacionais	615
135. A plataforma continental	618
136. As águas arquipelágicas	622

CAPÍTULO XI – O DOMÍNIO INTERNACIONAL DIRETO

§ 37º OS ESPAÇOS INTERNACIONAIS EM GERAL

137. O espaço aéreo internacional	627
138. Os espaços polares do Ártico e da Antártida	630
139. O espaço exterior	632

§ 38º OS ESPAÇOS MARÍTIMOS EM ESPECIAL	
140. A zona contígua	637
141. A zona económica exclusiva	638
142. O alto mar	641
143. A área	644

V – A GARANTIA DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO XII – O DIREITO INTERNACIONAL SANCIONATÓRIO

§ 39º ASPETOS SUBSTANTIVOS	
144. A ideia de ilicitude internacional	653
145. As sanções possíveis: desvalor e responsabilidade	655
§ 40º ASPETOS ADJETIVOS	
146. A via da resolução política	659
147. A via da resolução jurisdicional	662
148. A crescente judicialização da repressão da ilicitude internacional	665

CAPÍTULO XIII – O USO DA FORÇA NA SOCIEDADE INTERNACIONAL

§ 41º A CONDENAÇÃO INTERNACIONAL DA GUERRA	
149. A evolução ético-doutrinal clássica	671
150. A proscricção normativo-internacional	674
§ 42º A PRESERVAÇÃO DA PAZ INTERNACIONAL PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	
151. A intervenção do Conselho de Segurança das Nações Unidas	685
152. As sanções aplicáveis	688
153. As operações de paz	690
154. A exceção da legítima defesa internacional	696
155. O desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário	700

CAPÍTULO XIV – A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL

§ 43º A RESPONSABILIDADE PENAL INTERNACIONAL	
156. A afirmação progressiva da responsabilidade penal internacional	711
157. Traços fundamentais da responsabilidade penal internacional	718
158. O terrorismo e o Direito Internacional	719
§ 44º A RESPONSABILIDADE CIVIL INTERNACIONAL	
159. A crescente relevância da responsabilidade civil internacional	723

160. A responsabilidade civil internacional do Estado por factos ilícitos – os pressupostos	728
161. A responsabilidade civil internacional do Estado por factos ilícitos – os efeitos	732

CAPÍTULO XV – OS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS

§ 45º O TRIBUNAL INTERNACIONAL DE JUSTIÇA

162. O Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça	737
163. Aspetos de índole organizatória	740
164. Aspetos de índole processual	745

§ 46º O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

165. O Estatuto de Roma	749
166. Os crimes previstos e as penas aplicáveis	753
167. O âmbito da jurisdição penal e a articulação com as jurisdições nacionais	755
168. Apreciação crítica do Tribunal Penal Internacional	759
169. A Constituição Portuguesa e o Tribunal Penal Internacional	763

ÍNDICE CRONOLÓGICO	773
ÍNDICE JURISPRUDENCIAL	775
ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO	777
ÍNDICE GERAL	807

